

Os labirintos sígnicos da cidade¹

Sérgio Arruda e Gérson Tavares do Carmo

Professor Associado da UENF e Doutor em Cognição e Linguagem pela UFRJ

56

Resumo:

Análise do espaço urbano como discurso, considerando categorias discursivas tais como coesão e coerência, aliadas à organização cognitiva do espaço e procurando estabelecer a função dos mapas, em Olson, e a distinção entre lugar e espaço, em Certeau.

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte?

- O que eu vejo é o beco

(Manuel Bandeira, Poema do Beco)

Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga Rua de Matacavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.

(Machado de Assis, Dom Casmurro)

57

A cidade é um signo – grandioso, abrangente, construído e transformado ao longo de séculos. Por causa disso, é um signo aberto, participante, disponível para a leitura: um grande signo elaborado por vários signos. Pela mesma via, ou seja, elaborando um conceito de cidade por meio de uma metáfora do campo da linguagem, também podemos dizer que ela é um texto. Texto ou signo, a cidade é uma estrutura coerente e coesa que se vale de uma linguagem precisa para a sua interpretação. Todos temos uma interpretação da nossa cidade – tanto dela quanto dos que a fazem, dos que a dirigem, dos que nela moram. A cidade é, também, um espaço da memória, deflagrada sempre que um signo assoma ao seu posto de reorganizador dos quadros mentais em que pensamos e elaboramos saberes diversos sobre o mundo. Vivemos na cidade; temos nossas experiências cotidianas na cidade. Isto a torna um microcosmo de toda a realidade espacial possível. Espaço da memória, já que nela nascemos, vivemos e morremos, a cidade também pode ser abordada pela etnometodologia. Por esta via, toda vivência assoma a quadros de referências bastante abrangentes de subjetividade.

É fundamental que a cidade e o cidadão atualizem seus quadros de referência cada vez que um trajeto precise ser feito. Da mesma forma, cada vez que um texto é lido, o leitor percorre todas as suas instâncias de sentido procurando uma coerência sempre renovada. Muitos tratam do texto nesta dinâmica protagonizada pela linguagem na sua organização sempre renovada e recriada nos interstícios da enunciação. Koch (2001), ao trabalhar a construção de sentidos em um texto, argumenta em favor da coerência como uma de suas propriedades interpretativas; Fauconnier (1994) teoriza em favor de espaços mentais – aqueles que atuam na construção dos sentidos quando “as palavras em si não dizem nada independentemente do rico e detalhado conhecimento próprio dos processos cognitivos que carregamos” (1994: xxii); Olson (1997), por seu turno, entende que a organização cognitiva do espaço se vale mais por um ponto no mapa do que propriamente por um “aqui” dêitico. Já Certeau (1990) se vale de uma aproximação e distinção entre lugar e espaço para chegar a um conceito de circulação na cidade correlatamente a uma formulação enunciativa. Nossa hipótese, assim, é a de que espaços bem precisos da memória,

mapas e elaborações sógnicas diversas, aliados à compreensão da tessitura da cidade que demanda incessantemente princípios de coerência e organização cognitiva de espaços, agem cognitivamente no passante/habitante da cidade.

Ao objetivarmos abordar um tipo de memória comunitária e um tipo de discurso sobre a cidade, buscamos, na memória coletiva, “lugares comuns”, procurando saber como estes se encontram construídos como símbolos sociais, ou mapas mentais nos quais a experiência da memória e de quadros precisos de referência atuam. Nosso objetivo é, assim, procurarmos entender o espaço da cidade como um complexo signo construído historicamente sem um projeto intencional, mas que se dispõe no seu traçado como material cognitivo, cuja interpretação se dá pela aplicação do princípio de cooperação e coerência presentes em qualquer tipo de leitura. Andar pela cidade é construir um discurso. A cidade “fala”, mas o princípio de cooperação só pode ser buscado no esforço daquele que a “ouve”, ou seja, o habitante, o que passa por ela, o que tem de ler nos signos, dados em si, a orientação que este mesmo signo fornece para ser lido.

O habitante, o passante, o leitor do grande signo cidade, é chamado, no presente texto, para nos dizer como vê a cidade como algo informado fora do seu plano real, como algo que é pura referência, espreado sobre a terra como as letras de um texto se espriam por sobre o papel. A cidade é, assim, um grande texto que deixa algo sub-representado como exatamente o fazem os sistemas da escrita. Configuremos a experiência de uma cidade como texto, descrevendo a experiência histórica e espacial de Cantagalo, cidade da região noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

CANTAGALO, CIDADE PEQUENA

Pela via da simples observação de dados estatísticos (população e área), Cantagalo, é dada como cidade pequena. Lá, se os trilhos da Estrada de Ferro não estão mais à mostra no centro urbano como signos-memória de uma época, o mesmo não acontece com a praça dos Melros (atual Praça João XXIII). Com suas palmeiras imperiais, a praça dos Melros é viçosa até hoje e, parece, o tempo volta e meia pára... para alimentar a praça de lembranças, lembranças entrecortadas e caleidoscópicas do passado que cada um construiu. Os velhos então assumem papel indispensável, fontes que são da memória coletiva, principalmente do que não se pode mais ver. Para os jovens, no entanto, todos estes signos teriam, a princípio, significação em si. Esta relação objetiva com os signos se reorganiza à medida que o símbolo se afasta da coisa simbolizada por meio de operações referenciais cada vez mais subjetivas. Por exemplo, no período áureo do café, Cantagalo era o celeiro reconhecido mundialmente, principalmente, pela iniciativa do fazendeiro/empresário Antonio Clemente Pinto que tomou a si a responsabilidade de construir a Estrada de Ferro Cantagallo, na segunda metade do século XIX, para escoar a produção de suas 21 fazendas até o Rio e Janeiro. Para o conforto da elite que circulava nesta cidade, cujo

centro situava-se em vale estreito, construiu-se ali a estação, e, para isso, o trem precisava entrar de ré na cidade. No entanto, com a derrocada do café, houve esvaziamento econômico que transformou aquilo que era um conforto para a elite em um sinal de atraso. A população local então cunhou a frase: “Nesse Cantagalo nada vai pra frente, até o trem entrava de costas”. Em 1963, toda a malha ferroviária do Ramal Cantagalo foi erradicada, e, na década seguinte, a estação foi demolida para, no local, ser construída uma rodoviária. A partir daí não seria mais possível ver nem os trilhos nem a estação, mas a frase continuou a ser dita.

Para os jovens, este evento dissolvido na memória resiste apenas como discurso, discurso típico da representação do atraso econômico da cidade, com respaldo em contextos mentais e políticos. Mais uma vez, impera a ordem sônica em que o evento-objeto “perde” seu valor de verdade.

Contudo, como “cidade pequena do interior”, Cantagalo, no seu cotidiano, chega potencialmente ao século XXI com características intrínsecas ao que Maffesoli chama de “a infalível arte de viver e a inesgotável fecundidade de toda socialidade” (1996: 21). Cantagalo é cenário das relações face a face, das relações proximais com a natureza, das relações afetivas, das relações intergerações. São trançados de hábitos sociais que percorrem o cotidiano mantendo sua identidade coletiva em meio à balbúrdia do esgotamento de um modelo urbano pautado no progresso contínuo que define, hoje, as megalópolis. Este cotidiano, rico e inapreensível, não pode ser auscultado por meio de técnicas estatísticas ou sociológicas, mas incorporando aquele aspecto valorativo, de crenças e de conhecimentos à observação da vida de todos.

Para contrapor o conceito de cidade pequena, aqui, em elaboração, ao de megalópolis, buscamos em Munford (1998:545) uma definição desta última:

Chamar à massa resultante Megalópolis, ou sugerir que a mudança na escala espacial, com os transportes rápidos, é em si mesma suficiente para produzir uma nova e melhor forma urbana, é passar por cima da complexa natureza da cidade. A coalescência real do tecido urbano, que hoje é considerada por numerosos sociólogos como um estágio final do desenvolvimento da cidade, não constitui, na realidade, uma nova espécie de cidade, mas uma anticidade, como no conceito de antimatéria; a anticidade aniquila a cidade, sempre que colide com ela.

A cidade pequena, conceito sociológico, campo de observação etnometodológica, por seu turno, interpreta adversativamente a “coalescência do tecido urbano”. Nela, a meia porta do comércio lojista quando alguém morre, as histórias ao portão, o passeio na praça, o trabalho do pedreiro, o cuidado coletivo das travessuras da infância atestam a vitalidade afetiva da cidade. Não seria arriscado dizer que a cidade, inconsciente da gestação de um novo projeto social em nível mundial, se liga com o exterior, é seduzida pela sociedade de consumo, pela globalização, mas sente mais prazer em estar com os seus mais

conhecidos, mais reconhecíveis, mais previsíveis. A linguagem e, portanto, as ações, se voltam para a busca de sentido de vida, para a intimidade da vida.

Assim, descrever uma cidade inteira como símbolo social construído na memória coletiva constitui um entendimento da alma da cidade, abordada por meio de uma sociologia do cotidiano, sociologia que dá maior importância à compreensão que à explicação, ou seja, apresenta-se como uma abordagem qualitativa do social.

Ora, se o imaginário social é uma das fontes de onde podemos descrever o processo de construção da memória coletiva sobre Cantagalo, e este imaginário só pode ser acessado pelo contato direto – a entrevista –, é preciso que esta tenha características distintas daquelas usadas pela sociologia clássica de questões fechadas. A entrevista terá que ser vista como um processo intersubjetivo entre entrevistado e entrevistador, onde memória e identidade são rearrumados em função da relação entrevistado/entrevistador, dentro da rede de tensões e representações da sociedade. Então, o trabalho com essa dinâmica só pode ser feito pela análise da linguagem utilizada pelo entrevistado. Mais do que possíveis dados, o entrevistado nos fornece um discurso. Por isso, é a dinâmica do entrevistador/entrevistado que se torna fonte de informação, e a única análise possível é a análise do seu discurso, pois os fatos são dados de linguagem (Augras, 1997:30), que podem até ser usados para comparação com outras fontes. Dessa forma, recorreremos à metáfora do labirinto, que só pode ser percebido na experiência intersubjetiva.

Considerados tais aspectos, pensamos ser legítimo usar a expressão cidade pequena como categoria sociológica e sustentar uma descrição do processo intradiscursivo oriundo das relações sociais de uma cidade pequena fortemente marcada pela afetividade. O concreto, o cotidiano, a vida banal e sem qualidade, tudo isso são coisas tornadas amplamente menores, senão desvalorizadas, durante toda a modernidade, e que agora se invertem em seu contrário.

Temos ainda que o cotidiano, o vivido e a vitalidade afetiva na cidade pequena se opõem ao cotidiano das megalópolis, à idéia de progresso e decadência; os outros dois são atuais e amplos movimentos intelectuais na academia: um ligado à questão do lugar/memória, que se opõe à noção de continuidade histórica; e outro ligado à questão da linguagem como atividade sócio-cognitiva, que se opõe à idéia de linguagem como instrumento transmissor de informação.

Cantagalo é, assim, um protótipo de cidade pequena cujo lastro sógnico remete a referentes diversos, todos “catalogados” ou na memória, ou na arquitetura, ou na forma particular de caminhar/transitar de cada passante/habitante. Três campos de investigação, todos relacionados com o plano da leitura - a memória, os mapas mentais e a coerência como princípio de organização do texto –, se prestam ao exercício da identificação da cidade como uma tessitura sógnica. Velhos ex-ferroviários que viveram estágios de transformação urbana, em sua história recente, e jovens já nascidos no período pós-erradicação de

trilhos – para quem o asfalto posto sobre o chão bruto está lá desde sempre – farão trajetos subjetivamente diferenciados. Estas duas classes de caminhantes passarão pela rodoviária e exalarão: “aqui, havia uma estação de trem”, ou “dizem que havia aqui uma estação de trem”, ou ainda “lembra quando aqui havia uma estação de trem?”. Estruturalmente, estes “trânsitos” remetem a molduras bem específicas de representações. Como veremos mais adiante, Certeau (1990:178) entende este tipo de operação *sígnica* como transformação de significantes: “o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial”. E, assim, cria “algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da ‘língua’ espacial, seja deslocando-os pelo uso que faz deles. Vota certos lugares à inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe ‘torneios’ espaciais ‘raros’, ‘acidentais’ ou ilegítimos”. O caminhante reconhece que há uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições e atualiza, desloca, inventa algumas delas, já que “as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (id).

LENDO O SIGNO-CIDADE

61

Após este breve esforço de comparação entre o caminhar e a interpretação *sígnica* da cidade, passemos agora ao trabalho com a distinção, em Certeau (1990), entre lugares e espaços. Temos a noção de que o espaço é o lugar na dinâmica do movimento. Nossos passantes de Cantagalo carregam a noção de que os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. ‘Gosto muito de estar aqui’ é uma prática do espaço (sic) este bem-estar tranqüilo sobre a linguagem onde se traça, um instante, como um clarão” (Certeau, 1990: 189-190).

Ao nos inserirmos em um labirinto *sígnico*, metáfora mitológica da necessidade de orientação do homem, o trajeto procurará ser seguido por meio de uma identificação textual. Cada trecho deverá orientar o seguinte como se quiséssemos compor uma frase que deve ganhar sentido de uma e fornecer esse mesmo sentido a outra. O texto-cidade precisa de coerência e coesão, à maneira mesma da organização de um texto. Certeau (1990), ao trabalhar com os processos de circulação pela cidade, elabora uma comparação bastante produtiva entre o falar e o caminhar. Sujeitos da enunciação e caminhantes em trânsito se aproximam epistemologicamente, nos intrincados processos mentais de apropriação e leitura de um texto. Para ele, pois, “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos” (id.: 177). Procedemos, agora, a um quadro preciso de como ele procede a esta aproximação (id):

FUNÇÕES “ENUNCIATIVAS” DO CAMINHAR E DO FALAR EM CERTEAU:

<i>Caminhar</i>	<i>Falar</i>
“processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre”	“o locutor se apropria e assume a língua”
“realização espacial do lugar”	“o ato de palavra é uma realização sonora da língua”
“implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos”	“a enunciação verbal é ‘alocução’, ‘coloca o outro em face’ do locutor e põe em jogo contrato entre alocutores”

A argumentação sobre a analogia entre o caminhar e o falar prossegue: “As caminhadas dos pedestres apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a ‘torneios’ ou figuras de estilo. Existe uma retórica da caminhada” (id.: 179). Extrapolando o exercício teórico da caminhada, chegamos ao transporte, percurso executado por um veículo, que proporciona a circulação na cidade em termos análogos aos da caminhada. Os espaços são vencidos sob uma ótica levemente diferenciada. Afirmando que “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço”, Certeau (id.: 200) distingue “espaços” de “lugares” por meio de variáveis (id.: 201-202):

62

O CAMPO DA LINGUAGEM E AS NOÇÕES CORRELATAS DE “LUGARES” E “ESPAÇOS” EM CERTEAU:

<i>Lugares</i>	<i>Espaços</i>
“ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”	“tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo”
“configuração instantânea de posições... indicação de estabilidade”	“cruzamento de móveis” (em movimento)

Enfim, “o espaço é um lugar praticado” e “estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas (id.: 202).

Ampliando estes sentidos, dizemos que o texto-cidade pode ser abordado testando os conceitos já apropriados pela ciência da linguagem quando tratam do texto na sua relação com outros textos. O texto-cidade, nestes termos, pode se valer de noções tais como intertexto, intratexto, metatexto e até mesmo hipertexto. Falaremos deste aspecto mais adiante. Olson (1997) em O mundo de papel – as implicações conceituais da leitura e da escrita, ao tratar da representação do mundo em mapas, enfoca especificamente os diagramas,

as fórmulas, as figuras e os textos como meios cognitivos aptos a “pôr o mundo no papel para que todos os que viajavam sem sair de sua poltrona pudessem vê-lo” (Eisenstein, apud Olson, op. cit.:211). Estes dois autores estudam a natureza e as conseqüências da leitura e da escrita, num tempo e num contexto em que estes dois processos cognitivos tomavam corpo por força do aparecimento de um invento revolucionário de meados do século XIV europeu: a prensa. Por esta época, outras revoluções estavam em curso capitaneadas pela recente tradição de reviravolta do paradigma renascentista.

Entendemos a partir de Olson que os navegantes antigos procuram relacionar o espaço do mar ao espaço do céu por meio de referentes explícitos, no caso, a localização das estrelas, especialmente, a Polar. Este espelho, digamos assim, reflete o espaço real – o texto em si, no caso, o mar –, criando duas realidades textuais. Nestes termos, podemos entender os espaços mentais, construídos corriqueiramente como esquemas referenciais, como metatextos. Um referente não pode ser confundido com intertexto, é verdade. A teoria que fundamenta esta distinção (Jakobson) diz claramente que código e referente são fatores distintos da comunicação e que originam funções igualmente distintas. Porém, quando o navegador “decalca” no céu o caminho a ser percorrido no mar, ele coopera com o traçado do mar que ele sabe existir, mas que não pode ver, pelo menos na totalidade de sua visão. Na cidade, este trajeto se filia a textos da memória, “decalca” prerrogativas da ordem subjetiva, prática, ocasional. A grande questão é entender como o caminhante/habitante da cidade dá coesão/coerência à cidade. Pode-se entender que seu trajeto diário – de casa para o trabalho, por exemplo – pode ter um sentido prático, de economia de esforço, e, normalmente, o tem. Porém, em ocasiões outras, pode ter um sentido não prático, uma coerência da ordem do afetivo que, como vimos, pode ser comandado da memória. Pode-se dizer, neste sentido, que fazer um trajeto maior do que o necessário tem algum componente de incoerência, salvo se se justifica tal esforço compensando-o com algum aspecto prático ou afetivo.

Esta projeção do afetivo sobre aspectos concretos da vida é intertextualizante. O espaço real convive com o mundo dos mapas, o mundo de papel, o mundo da memória, de uma forma bem mais dinâmica do que imaginamos. O mundo no papel é, pois, uma metáfora apropriada para analisar não apenas as implicações da escrita, segundo Olson, porque “com efeito, pela criação de textos que servem como representações, passou-se a tratar não com o mundo, mas com um mundo tal como ele é representado ou descrito” (op. cit.: 212). O mundo concreto e o da memória coexistem.

Admitir que a realidade se baliza a partir de representações em papel é o mesmo que “construir artefatos visíveis dotados de autonomia em relação aos autores e com propriedades especiais para controlar sua interpretação” (id.: 212). Outros autores, ainda, elaboram o conceito de cognição a partir da escrita como tecnologia sígnica ou semiótica, como preferem Lévy (1998) e Santaella (1996). Para Lévy, a escrita como invenção se recobre da evidência máxima de

que o cérebro se projeta externamente absorvendo as tecnologias semióticas como extensões para a tarefa do pensar. Olson, por seu turno, ao encarar a ciência como uma atividade de manipulação de signos, vê nas representações “inferências de um mundo de papel” e “sofisticadas atividades mentais” (id.: 227), quando se reporta à era das representações do mundo através dos mapas dos navegadores.

Aqui, refletimos sobre a presença dos mapas na nossa vida diária. Um mapa, geralmente consultado por turistas em férias, tanto na cidade quanto em malhas viárias intermunicipais, interestaduais ou mesmo internacionais, é um texto que precisa ser lido. Se já vimos mapas antes, estes atuarão sempre como material metatextual, porque sabemos manipulá-los significativamente. Indicações de norte e sul contribuem como co-textos. Ocasionalmente, indicações do tipo você está aqui, presentes em mapas fixos na cidade, funcionam como dêiticos que embream a informação num aqui-agora preciso e essencial para a construção dos sentidos necessários à circulação. O “texto” que no mapa se tece tem analogias com o “texto textual”, uma vez que ele se elabora significativamente a maneira de um texto de palavras. Toda a simbologia presente no mapa, cada uma de suas unidades mínimas significativas, não tem valor em si, mas valor atribuído. Cada fonema-edifício faz parte de uma série que forma um morfema-quadra que formula, por sua vez, a frase-bairro ou distrito e, por último, o texto-cidade devidamente estruturado. Todo texto é um modelo de si próprio porque se faz com as sínteses estruturantes da língua. Não há um texto sequer que se construa sem as diretrizes estruturantes da língua em que foi escrito. Lembremos com Chomsky que uma gramática é sempre uma hipótese da língua. Da mesma forma, o mapa representa sempre um ideal estruturado de cidade, uma hipótese da cidade.

Para Olson (op. cit.), “o mapa é o modelo ou a teoria, para o qual as viagens servem de testes empíricos” (id.:228). Com a escrita, algo análogo pode ser apreciado. Na analogia que se procura, a escrita pode parecer menos “domável” interpretativamente do que o mapa. Olson (1997:35) a descreve a seguir: “Enquanto a escrita fornece modelos razoavelmente adequados para o que é dito, seus modelos para a interpretação do que é dito [...] são menos adequados” (grifos do autor).

A interpretação do que é dito está sujeita a circunstâncias contextuais precisas, das quais os mapas parecem prescindir. Enquanto nas formas escritas (ou orais) o significado depende da ancoragem no aqui-agora ou em um lá-então (Charaudeau, 1993), além de fatores embreantes como eu-você, os mapas se valem de itens tais como identificação de pontos cardeais (singelamente representado na tradição gráfica dos mapas por uma rosa dos ventos), escala e pontos geográficos de maior visibilidade e identificação como rios, montanhas, lagos. Estas determinações são decisivas como representações, pois “os mapas do mundo de Colombo e de Cook (navegador inglês do século XVII) serviram como modelos teóricos para pensar sobre o desconhecido” (id.: 231).

A cognição humana é uma projeção entre domínios. Estes operam o fracionamento da informação e a produção, transferência e processamento do sentido. Circular pela cidade é uma operação sócio-cognitiva análoga à operação sígnica da linguagem, concebida como atividade mental que guia significados e não os transmite, meramente. Uma cidade é um trançado de signos e a sua decifração dentro de uma ordem sígnica remete a uma aproximação com a análise sígnica em outras categorias de texto. Aqui, esboçamos o campo dos signos, além de categorias teóricas no campo das representações como espaços mentais e representações como funções enunciativas do caminhar e do falar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGRAS, Monique. “*História Oral e Subjetividade*”. In: SINSOM, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). Os desafios contemporâneos da História Oral. Campinas, CMU-Publicações/ UNICAMP, 1997. p. 27-38.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. “*Para uma nova Análise do Discurso*”. In: CARNEIRO, Agostinho (Org). O discurso e a mídia. Rio de Janeiro, Oficina do autor, 1996. p. 5-43.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces*. Cambridge University Press, 1994.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coerência textual*. São Paulo, Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo, UNESP, 1998.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

MAFESSOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Vozes, 1996.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

OLSON, David R. *O mundo no papel: as complicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo, Ática, 1997.

PRADO, Rosane Manhães. “*Cidade Pequena: paraíso e inferno da pessoalidade*”. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 31-56, jan./jun. 1997.

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das Mídias*. São Paulo, Melhoramentos, 1996.

NOTAS

¹ Texto apresentado no II Encontro de Ciência da Literatura, da Faculdade de Letras da UFRJ, em outubro de 2002